

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA DA BOLÍVIA SOBRE FACILITAÇÃO PARA
O INGRESSO E TRÂNSITO DE SEUS NACIONAIS
EM SEUS TERRITÓRIOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Bolívia
(doravante denominados “as Partes”),

Animados pelo propósito de estreitar ainda mais os tradicionais vínculos de amizade que unem seus povos;

Ressaltando a importância do turismo como fator de incentivo econômico e da criação de empregos;

Conscientes da necessidade de acordar um regime simplificado que estimule e facilite o trânsito de pessoas, com fins oficiais, de turismo ou de negócios, entre os territórios de ambos os países,

Acordaram o seguinte:

ARTIGO 1

O trânsito de nacionais das Partes, que viagem entre seus territórios com fins oficiais, de turismo ou de negócios, será regido pelas normas que se estipulam no presente Acordo.

ARTIGO 2

1. Os nacionais das Partes poderão ingressar, transitar e sair do território da outra Parte mediante a apresentação de seu documento nacional de identificação vigente e o cartão imigratório correspondente, sem necessidade de Visto.
2. Os nacionais não estão isentos de cumprir com as normas sanitárias internas das Partes.
3. As facilidades outorgadas mediante o presente Acordo não implicam desconhecer e impedir o uso do passaporte como documento de viagem internacional quando assim desejem seus titulares, ou quando se encontrem em trânsito para um terceiro país.

4. Os nacionais das Partes poderão permanecer no território da outra Parte para realizar atividades oficiais, de turismo ou negócios, por um período de até 90 (noventa) dias prorrogáveis por outros 90 (noventa) dias no período de um ano.

ARTIGO 3

1. Os documentos nacionais de identificação a que se refere o Artigo anterior serão:

Para a República Federativa do Brasil:

- Cédula de Identidade expedida por cada Estado da Federação com validade nacional; e

Para a República da Bolívia:

- Cédula de identidade (C.I.) vigente

2. As Partes se comprometem a intercambiar modelos dos documentos acima indicados no momento de subscrever o presente Acordo, assim como a manter-se mutuamente informadas a respeito de qualquer modificação com relação aos referidos documentos, num prazo de não mais de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrada em vigência da norma interna que estabeleça tal modificação.

ARTIGO 4

O documento nacional de identificação com o qual tenha se realizado o ingresso será reconhecido pelas autoridades das Partes para os efeitos migratórios, civis e administrativos.

ARTIGO 5

Os nacionais mencionados no Artigo 2 do presente Acordo poderão ingressar e sair do território do outro Estado por qualquer dos pontos de fronteira abertos ao trânsito internacional de passageiros, excluindo-se o trânsito para terceiros países o qual deverá efetuar-se respeitando as normas internacionais vigentes. As facilidades outorgadas no presente Acordo serão exercidas única e exclusivamente para viagens dentro do território nacional das Partes.

ARTIGO 6

1. A facilidade introduzida pelo presente Acordo não exime os nacionais das Partes de cumprir com as leis e regulamentos relativos ao ingresso, permanência e saída de estrangeiros do território do Estado receptor, particularmente no que se refere ao trânsito de menores de idade.

2. As autoridades competentes das Partes informar-se-ão, reciprocamente, com brevidade, por via diplomática, sobre qualquer alteração nas respectivas leis e regulamentos sobre o regime de entrada, permanência e saída de estrangeiros dos territórios de seus respectivos Estados.

ARTIGO 7

O presente Acordo não autoriza aos nacionais de uma Parte exercer qualquer atividade, profissão ou ocupação que tenha caráter remunerado ou fins de lucro, fixar residência no território da outra Parte nem trocar de status migratório dentro do território da outra Parte.

ARTIGO 8

As autoridades migratórias das Partes no momento de realizar o controle migratório de ingresso, indicarão o status migratório de turismo, de negócios ou oficial.

ARTIGO 9

A bagagem das pessoas que transitam ao amparo deste Acordo, relativamente à quantidade e detalhamento dos artigos, estará sujeita à legislação interna das Partes.

ARTIGO 10

As autoridades competentes das Partes se reservam o direito de denegar o ingresso, assim como de repatriar aqueles que não cumpram os requisitos de lei, ou que estejam impedidos de sair do território das Partes, conforme suas disposições legais vigentes.

ARTIGO 11

As autoridades competentes das Partes reunir-se-ão sob solicitação de qualquer delas com a finalidade de avaliar a aplicação do presente Acordo, assim como para propor as alterações necessárias.

ARTIGO 12

As partes poderão suspender, total ou parcialmente, a aplicação do presente Acordo por motivos de segurança nacional, ordem ou saúde públicas. A adoção dessa medida deverá ser notificada à outra Parte, por via diplomática, com a brevidade possível.

ARTIGO 13

1. O presente Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias contados a partir da data em que as Partes se informem reciprocamente sobre o cumprimento dos requisitos legais internos necessários para a entrada em vigor do presente Acordo.
2. O presente Acordo vigorará por prazo indeterminado e poderá ser emendado mediante entendimento mútuo entre as Partes.
3. Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Acordo, por via diplomática. Para este caso, os efeitos do Acordo cessarão 90 (noventa) dias depois de recebida a Nota de denúncia.

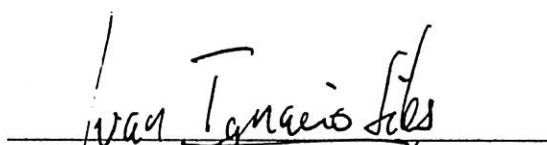
Feito em Santa Cruz da Serra, aos oito dias de julho de 2004, em dois exemplares nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

CELSO AMORIM

MINISTRO DE ESTADO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA BOLÍVIA

JUAN IGNACIO SILES

MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES E CULTO

ACUERDO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL
GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DE BOLIVIA SOBRE FACILIDADES
PARA EL INGRESO Y TRÁNSITO DE SUS NACIONALES
EN SUS TERRITORIOS

El Gobierno de la República Federativa de Brasil

y

El Gobierno de la República de Bolivia
(En adelante denominados “las Partes”),

Animados por el propósito de estrechar aún más los tradicionales vínculos de amistad que unen a sus pueblos;

Resaltando la importancia del turismo como factor de fomento económico y de la creación de empleo;

Concientes de la necesidad de acordar un régimen simplificado que estimule y facilite el tránsito de personas con fines oficiales, de turismo o de negocios, entre los territorios de ambos países,

Acuerdan lo siguiente:

ARTÍCULO 1

El tránsito de los nacionales de las Partes que viajen entre sus territorios con fines oficiales, de turismo o de negocios, se regirá por las normas que se estipulan en el presente Acuerdo.

ARTÍCULO 2

1. Los nacionales de las Partes podrán ingresar, transitar y salir del territorio de la otra Parte, mediante la presentación de su documento nacional de identificación vigente y la Tarjeta Migratoria correspondiente, sin necesidad de visa.

2. Los nacionales no están exentos de cumplir con las normas sanitarias internas de las Partes.

3. Las facilidades otorgadas mediante el presente Acuerdo no implican desconocer ni impedir el uso del pasaporte como un documento de viaje internacional cuando así lo desean sus titulares o cuando se encuentren en tránsito hacia un tercer país.

4. Los nacionales de las Partes podrán permanecer en el territorio de la otra Parte, para realizar actividades oficiales, de turismo o de negocios, por un periodo de hasta noventa (90) días, prorrogables por otros noventa (90) días en el periodo de un año.

ARTÍCULO 3

1. Los documentos nacionales de identidad a que se refiere el Artículo anterior, serán:

Para la República de Bolivia:

- Cédula de identidad (C.I.) vigente; y

Para la República Federativa del Brasil:

- Cédula de identidad expedida por cada Estado de la Federación con validez nacional.

2. Las Partes se comprometen a intercambiar modelos de los documentos arriba señalados al momento de suscribir el presente Acuerdo, así como a mantenerse mutuamente informadas respecto a cualquier modificación en relación con los referidos documentos, en un plazo no mayor de treinta (30) días calendario, contados a partir de la entrada en vigencia de la norma interna que establezca tal modificación.

ARTÍCULO 4

El documento nacional de identificación con el cual se realizó el ingreso será reconocido por las autoridades de las Partes, para los efectos migratorios, civiles y administrativos.

ARTÍCULO 5

Los nacionales mencionados en el Artículo 2 del presente Acuerdo podrán ingresar y salir del territorio del otro Estado por cualquier de los puntos de frontera abiertos al tránsito internacional de pasajeros, excluyéndose el tránsito hacia terceros países el cual deberá efectuarse respetando las normas internacionales vigentes. Las facilidades que se otorgan mediante el presente Acuerdo serán ejercidas única y exclusivamente para viajes dentro del territorio nacional de las Partes.

ARTÍCULO 6

1. La facilidad introducida en el presente Acuerdo no exime a los nacionales de las Partes de cumplir con las leyes y reglamentos sobre el ingreso, permanencia y salida de los extranjeros al territorio del Estado receptor, particularmente en lo que se refiere al tránsito de menores de edad.

2. Las autoridades competentes de las Partes se informarán mutuamente, por la vía diplomática, a la brevedad, sobre cualquier cambio en las respectivas leyes y reglamentos sobre el régimen de entrada, permanencia y salida de extranjeros de los territorios de sus respectivos Estados.

ARTÍCULO 7

El presente Acuerdo no autoriza a los nacionales de una parte a ejercer ninguna actividad, profesión u ocupación que tenga carácter remunerativo o fines de lucro, fijar residencia en el territorio de la otra Parte o cambiar la calidad migratoria dentro del territorio de la otra Parte.

ARTÍCULO 8

Las autoridades migratorias de las Partes, el momento de realizar el control migratorio de ingreso, determinaran la calidad migratoria de turismo, de negocios u oficial.

ARTÍCULO 9

El equipaje de las personas que transiten al amparo de este Acuerdo, en cuanto a la cantidad y detalle de los artículos, se sujetará a la legislación interna de las Partes.

ARTÍCULO 10

Las autoridades competentes de las Partes se reservan el derecho de denegar el ingreso, así como repatriar a aquellas personas que no cumplan con los requisitos de ley o que estén impedidos de salir del territorio de las Partes, conforme a sus disposiciones legales vigentes.

ARTÍCULO 11

Las autoridades competentes de las Partes se reunirán a solicitud de cualquiera de ellas con el fin de evaluar la aplicación del presente Acuerdo, así como para proponer las alteraciones necesarias.

ARTÍCULO 12

Las Partes podrán suspender, total o parcialmente, la aplicación del presente Acuerdo por motivos de seguridad nacional, orden o salud públicas. La adopción de esa medida deberá ser notificada a la otra Parte, por la vía diplomática, a la brevedad posible.

ARTÍCULO 13

1. El presente Acuerdo entrará en vigencia 30 (treinta) días contados a partir de la fecha en que las Partes se informen mutuamente sobre el cumplimiento de los requisitos legales internos necesarios para la entrada en vigencia del presente Acuerdo.
2. El presente Acuerdo regirá por un plazo indeterminado y podrá ser enmendado mediante entendimiento mutuo entre las Partes.
3. Cualquiera de las Partes podrá denunciar el presente Acuerdo, por la vía diplomática. Para este caso, los efectos del Acuerdo cesarán 90 (noventa) días después de recibida la Nota de denuncia.

Suscrito en la ciudad de Santa Cruz de La Sierra a los 8 días del mes de julio del año dos mil cuatro, en dos ejemplares en idiomas portugués y castellano, siendo ambos textos igualmente auténticos.


POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL


POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA
DE BOLIVIA